



DADOS GERAIS	
Requisitante:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO.
Marieli Eva Pereira dos Santos.	25/03/2024.
Fiscal de contrato:	SECRETARIA DE OBRAS.
Marcio Flavio Ramos	Arquiteto.
Suplente Fiscal de contrato:	SECRETARIA DE OBRAS.
Larissa Fernanda Teixeira De Souza Lima	Engenheira Civil

ESTUDO TÉCNICO
<p>1. Descrição da necessidade:</p> <p>O estudo técnico tem por objetivo selecionar a forma mais vantajosa para construção de um vestiário e de uma cozinha anexa à sede da Vila Estação, bem como de estruturas de concreto armado no Módulo Esportivo José Antônio da Silva e para fornecimento e instalação de cobertura metálica no C.E.M. Conexão, no município de Sangão/SC, quais deverão seguir as especificações mínimas constantes em futuro edital, cronogramas físico-financeiros, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, projetos e demais anexos provenientes desta fase inicial atrelado as posteriores, uma vez que salienta-se a necessidade das obras, tendo em vista que na sede da vila estação encontra-se espaço destinado a pratica de esportes, tornando-se essencial a construção de um vestiário para melhor atender a comunidade, bem como a construção de uma cozinha no local, que já conta com espaço para churrasqueira, o que possibilitaria atrair de forma mais efetiva o interesse dos munícipes a realizar eventos esportivos no local.</p> <p>Por fim, ao que tange o estudo referencial ao descritivo de instalação de cobertura metálica no C.EM Conexão, torna-se imprescindível este tópico, levando em consideração que a não instalação do objeto traria possíveis problemas futuros, como quedas de pessoas que lá transitam em dias de chuva, podendo ocasionar acidentes, e sendo executado o objeto deste estudo, pode-se garantir a eximia eficiência e segurança que os locais devem ofertar.</p>
<p>2. Levantamento de Mercado:</p> <p>De acordo com as contratações de construções de Obras Públicas, a indicação de levantamento de mercado se faz pelo uso da Tabela Sinapi devidamente inserida no Orçamento do Projeto.</p>
<p>3. Descrição da solução adotada:</p> <p>Conforme observado pela justificativa apresentada, conclui-se que a entrega do objeto atenderá o estabelecido no Plano de Governo, principalmente no que se refere ao atendimento de forma correta</p>



aos alunos e frequentadores da sede da Vila Estação, condição que requer a disponibilização de espaço físico apropriado para tal.

Por conseguinte o atendimento da demanda visa oferecer e cumprir a política pública de melhorias e acessibilidade por meio da estrutura integrada ofertada a população, bem como desenvolvimento de atividades e qualidade aos espaços públicos ofertados a população, se utilizando de práticas físicas e para tal e suas consequentes obrigadoriedades de higiene, e segurança com local coberto para os pais ou responsáveis que dirigem-se até a unidade escolar supracitada. O espaço atual se encontra sem a estrutura adequada, defasado, necessitando dos objetos elencados na totalidade e integralidade abrangida.

Serviço mensurado por item; Essa solução é considerada **viável**, pois possibilita melhor gerenciamento do serviço, tanto pela contratada, que terá maior flexibilidade para executar as diferentes atividades que envolvem a execução do projeto, como pela contratante, que demandará conforme memorial descritivo do projeto. Outra vantagem é que a mensuração por lote produzido incentiva a empresa a prestar o serviço de forma mais rápida para receber o pagamento conforme as medições dentro dos prazos estabelecidos, e executar outras demandas.

4. Requisitos indispensáveis da contratação:

A contratação refere-se à prestação de serviços de “construção de um vestiário e de uma cozinha anexa à sede da Vila Estação, bem como de estruturas de concreto armado no Módulo Esportivo José Antônio da Silva e para fornecimento e instalação de cobertura metálica no C.E.M. Conexão”, compreendendo;

DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

- Executar cada uma das fases do objeto licitado com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, fornecendo e utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios de qualidade e quantidade compatíveis com as especificações contidas nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato, bem como na sua proposta.
- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- Manter os empregados nos horários predeterminados pela contratante.
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de



provê-los com os equipamentos de proteção individual - EPI.

- Apresentar à contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução das atividades contratadas.
- Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à contratante.
- Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.
- Atender às solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste instrumento contratual.
- Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da contratante.
- Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a contratada relatar à contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- Relatar à contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do objeto licitado.
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- Manter preposto aceito pela contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.
 - A contratada deverá designar, até a data de início dos serviços, um preposto devidamente capacitado (doravante denominado simplesmente "preposto"), o qual será responsável pela execução dos serviços, devendo supervisionar o pessoal da contratada engajado na execução dos serviços, assim como qualquer subcontratado, o preposto será autorizado a representar a contratada quanto a todos os assuntos relativos ao contrato e aos serviços e será responsável pela comunicação com o representante da contratante, podendo delegar poderes e atribuições para um substituto, por escrito de modo que qualquer decisão do preposto deverá obrigar a contratada como se tivesse sido



emanada da própria contratada.

- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da contratante.
- Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da contratante.
- Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto licitado.
- Paralisar, por determinação da contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- Providenciar junto ao CREA, ao CAU e/ou CRT as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nºs 6.496/77 e 12.378/2010);
- Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- Promover a organização técnica e administrativa das atividades, de modo a conduzi-las eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram ou fundamentam o projeto básico e este contrato, no prazo determinado.
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos poderes públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- Submeter previamente, por escrito, à contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- Elaborar o diário de obra, incluindo diariamente, pelo engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do objeto licitado, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido



no instrumento contratual, no projeto básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de emissão do termo de recebimento definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da contratante.

- Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução nº 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:
 - O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do programa municipal de gerenciamento de resíduos da construção civil, ou do projeto de gerenciamento de resíduos da construção civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
 - Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;
 - Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
 - Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- Em nenhuma hipótese a contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por lei, bem como em áreas não licenciadas;
- Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do programa municipal de gerenciamento de resíduos da construção civil, ou do projeto de gerenciamento de resíduos da construção civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de controle de transporte de



resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT - NBR nº 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

- Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
 - Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006 e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
 - Na execução contratual, visando o conforto da comunidade, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas definidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90 e legislação correlata.
- Não paralisar a obra/serviço, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, atraso, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente, arcando exclusivamente com este ônus, sendo que, em caso de greve de caráter reivindicatório entre os empregados da contratada ou de seus subcontratados, cabe a contratada resolver imediatamente a pendência ou submeter o assunto à Justiça do trabalho;
- Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

DO PAGAMENTO

- O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias da entrega e recebimento definitivo do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) juntamente com a nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- Antes de cada pagamento à contratada, será realizada as devidas consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.



- Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
- Somente por motivo de economicidade ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.
- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5. Estimativa das quantidades a serem contratadas:

O detalhamento deverá estar contido no Projeto básico executivo e Planilha Orçamentária de Custos, sendo referidos ao objeto alvo deste estudo técnico.

6. Estimativa do valor da contratação:

Valor (R\$): 154.879,15 (Cento e cinquenta e quatro mil oitocentos e setenta e nove reais e quinze centavos)

DOTAÇÕES:

LOTES 1 E 2

Material e Serviços: 189 (R\$ 139.434,41)

Lote 3

Material: 223 (R\$ 2.560,77)

Serviço: 224 (R\$ 849,31)

Lote 4

Material: 61 (R\$ 7.395,70)

Serviço: 65 (R\$ 4.638,96)



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNIT. MÁX.	VALOR TOTAL MÁX.
1	CONSTRUÇÃO DE UMA COZINHA ANEXA À SEDE DA VILA ESTAÇÃO, LOCALIZADA NO DISTRITO DE MORRO GRANDE, NO MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC.	UND.	1	R\$ 40.512,66	R\$ 40.512,66
2	CONSTRUÇÃO DE UM VESTIÁRIO NA PRAÇA DA VILA ESTAÇÃO, LOCALIZADA NO DISTRITO DE MORRO GRANDE, NO MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC.	UND.	1	R\$ 98.921,75	R\$ 98.921,75
3	CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO NO MÓDULO ESPORTIVO JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA, LOCALIZADO NO BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC.	UND.	1	R\$ 3.410,08	R\$ 3.410,08
4	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COBERTURA METÁLICA NO C.E.M. CONEXÃO, LOCALIZADO NO BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC.	UND.	1	R\$ 12.034,66	R\$ 12.034,66
7. Parcelamento ou não da solução: Da justificativa para adoção do critério de julgamento por menor preço por item: O objeto da presente licitação foi pensado por item, de maneira que a não fragmentação em itens acarretaria a perda econômica em escala para a administração pública, uma vez que disputado por item a economia ao erário torna-se maior. Segundo o Doutor Marçal Justen Filho (2009, pág. 265) em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o fracionamento “respeita limites de ordem técnica e econômica. Não se admite o fracionamento quando tecnicamente isso não for viável ou, mesmo, recomendável”.					
8. Contratações correlatas e/ou interdependentes: Não se aplica contratações correlatas e/ou interdependentes.					
9. Alinhamento com o PCA – Plano de Contratações Anual:					



<p>O município de Sangão não institui, até a presente data, o plano de contratação anual, assim, impossibilitando o alinhamento dessa demanda com o referido plano.</p>	
<p>10. Resultados pretendidos:</p> <p>Os resultados pretendidos são a melhoria na utilização dos espaços públicos por parte da população, além do aumento da vida útil dos locais beneficiados.</p>	
<p>11. Providências a serem adotadas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Instituir Equipe de Planejamento.• Instruir devidamente o processo a fim de definir o melhor tipo de contratação.• Realizar as devidas atualizações de preço da planilha Sinapi e orçamentária.• Definir a localização exata da construção.• Prever o período de construção. Verificar orçamento prévio para realização do certame.	
<p>12. Possíveis impactos ambientais:</p> <p>Não haverá necessidade de prever medidas de mitigação de impactos ambientais, considerando o objeto do estudo, Não haverá previsão de impactos ambientais, uma vez que o projeto será construído em área destinada à construções sem a necessidade de retirada de plantas ou afins.</p>	
<p>13. Adequação da forma de contratação:</p> <p>Por tratar-se de prestação de serviço especializado, optou-se pela formalização por meio de concorrência, devido à natureza do objeto pretendido, conforme indica a legislação que regulamenta esta demanda, Lei Nº 14.133/2021, a Concorrência é a opção de formalização mais adequada para este objeto, considerando as alternativas legais disponíveis, por possuir natureza pré-contratual, criando uma relação jurídica preliminar entre as partes, e conforme as demandas for viabilizando concretização de objetos elencados neste estudo, uma vez que, este processo tem natureza constitutiva– e não declaratória – de uma condição preexistente.</p>	
<p>14. Adequação da forma de julgamento e critérios de seleção:</p> <p>Concorrência: Esta modalidade foi escolhida, uma vez que a Lei 14.133 prevê que a modalidade Concorrência deve ser utilizada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.</p>	
<p>DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DO ESTUDO</p>	
X	Esta equipe de planejamento declara VIÁVEL a contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar – ETP, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021.
	Esta equipe de planejamento declara INVIÁVEL a contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar – ETP, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021.



Secretaria Municipal
de **Administração** e
Finanças

Sangão/SC, 12/03/2024

Marieli Eva Pereira dos Santos.
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO.

Rodovia SC 443, Km 02, Centro, Sangão/SC
administracao@sangao.sc.gov.br
(48) 3656-3500